

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.617.019 - SP
(2019/0335982-4)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : RODOBENS COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS LTDA
ADVOGADOS : RICARDO GAZZI - SP135319
JEFERSON ALEX SALVIATO - SP236655
BRUNO HENRIQUE LATA VILELA XAVIER - SP314244
EMBARGADO : FRANCISCO IZABEL DA CONCEICAO
EMBARGADO : BIOSEV S.A
ADVOGADOS : RENATO LUIZ FRANCO DE CAMPOS - SP209784
VERIDIANA PIRES FRAGA - SP213488
EMBARGADO : LERIDA APARECIDA PERES DE SOUZA
EMBARGADO : TIAGO ALEIXO PERES DE SOUZA
EMBARGADO : GUSTAVO APARECIDO PERES DE SOUZA
EMBARGADO : MAYARA DE FATIMA PERES DE SOUZA
ADVOGADO : VINICIUS CALZADO BARCELOS - SP217194
INTERES. : SÃO MARTINHO S/A
ADVOGADOS : PAULO ANTÔNIO PINTO COUTO - SP097595
ROBERTO TRIGUEIRO FONTES - SP244463
INTERES. : AGROINDUSTRIAL PASSATEMPO S/A
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração em face de decisão de fls. 1.067/1070, com fundamento em negativa de prestação jurisdicional, porquanto a "decisão foi omissa em relação aos pontos tratados pelo agravo" (e-STJ, fl. 1079).

Pede o acolhimento do recurso.

Não houve impugnação (certidões de fls. 1085/1090).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A irresignação da Embargante se restringe à ausência de análise quanto aos limites da indenização fixada a título de danos morais. Ocorre, entretanto, que o seu recurso de apelação sequer foi conhecido, ante a configuração da deserção, sendo certo que esse fundamento não foi impugnado nas razões do recurso especial, o que motivou a incidência das Súmulas 283 e 284/STF.

Assim, não há que se falar em omissão, obscuridade, contradição ou mesmo erro material a serem sanados, senão simples manifestação de inconformismo com a decisão recorrida, o que não é suficiente para o acolhimento dos embargos de declaração.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÕES. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material.

2. A competência interna disciplinada no RISTJ é relativa, cabendo ser alegada a eventual incompetência antes do julgamento do respectivo processo, sob pena de preclusão. Precedentes.

3. No caso, a embargante não demonstra quaisquer desses vícios, apenas expõe seu inconformismo com a solução adotada no aresto impugnado.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 1152065/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 4.10.2018, DJe 11.10.2018)

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora